

Governo admite rever pacote

economia Brasil

09 OUT 1999

JORNAL DE BRASÍLIA

Malan diz que medidas para compensar perda de R\$ 2,4 bi têm caráter transitório e podem ser revertidas

Rio - O ministro da Fazenda, Pedro Malan, reconheceu ontem que o Governo poderá rever algumas das medidas tributárias divulgadas quinta-feira para elevar a arrecadação e compensar a perda de R\$ 2,4 bilhões causada pelo veto do Supremo Tribunal Federal (STF) à contribuição previdenciária dos servidores inativos. "Não temos o monopólio da verdade e nem o reconhecemos em ninguém", disse o ministro, para uma platéia de representantes do mercado de capitais. "Estamos sempre dispostos a reconsiderar, a rever, desde que sejamos convencidos de que devemos fazê-lo".

Malan fez questão de repe-

tir, pelo menos quatro vezes durante seu discurso, que as medidas têm caráter transitório "e podem ser revertidas ou eliminadas tão rapidamente quanto uma solução estrutural seja encontrada". O ministro, que participou da posse da diretoria reeleita da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), foi recebido na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro com críticas, mesmo que algumas medidas, como a do presidente da entidade, Alfredo Pleger: "Sem querer alfinetar nosso convidado de honra, esperamos tornar o mercado tão grande quanto o Governo nos permitir fazer".

Sem perder a serenidade, o ministro respondeu que não é intenção do Governo aumentar a carga tributária do setor produtivo. "Entendo a angústia e a irritação com medidas recentes, como a da Cofins", admitiu, referindo-se ao fim da dedução da Cofins na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Ele salientou, porém, que decisões como esta acabarão imediatamente após a aprova-

ção da reforma tributária, que definirá um novo regime fiscal. "Queremos um regime tributário compatível com o Brasil do século 21", justificou.

"Não fizemos isso porque temos o prazer sádico de gerar superávits primários", defendeu-se Malan. "Mas porque o superávit é necessário para estabilizar o déficit público e colocá-lo em trajetória declinante em relação ao PIB".

Ele voltou a argumentar que esta foi a única forma viável para compensar as perdas decorrentes da decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional a contribuição previdenciária dos servidores. "Foi uma resposta à decisão do STF, da qual não há como questionar o mérito", disse.

Malan afirmou que o importante agora é conseguir diminuir a percepção do Risco Brasil e manter a trajetória de inflação descendente. Com isso, afirmou, será possível reduzir os juros e fortalecer o mercado de capitais brasileiro.

O ministro chamou atenção para as discussões de

âmbito político e lembrou que não é possível manter privilégios e garantias que não existem em nenhum lugar do mundo. Comentando o índice de inflação acumulado de janeiro a setembro, de 6,01%, como divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o ministro disse que "há grandes possibilidades" de o acumulado do ano ficar abaixo de 8%, meta acertada pelo Governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na semana que vem, segundo anunciou o ministro, o Governo vai anunciar que as metas de superávit primário previstas para o terceiro trimestre do ano foram alcançadas. Ele lembrou que o Governo vem conseguindo cumprir suas metas por quatro trimestres consecutivos e que isto "é muito importante para a formação de expectativas positivas dos investidores estrangeiros". Na próxima quinta-feira o Governo anuncia também o resultado de estudos para redução da taxa de juros cobrada ao consumidor.



Pedro Malan: "Não temos monopólio da verdade"

Reações são negativas

São Paulo - As medidas tributárias adotadas pelo Governo foram consideradas ontem pelo empresário Antonio Ermírio de Moraes, principalmente, no que diz respeito ao Confins sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, "como um problema sério para as empresas, onerando seus custos. O Cofins pula de 2% para 3% e só atinge a área produtiva. Muita gente vai acabar repassando os custos nos preços e a inflação pode se elevar".

Já o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Alencar Burti, disse que é de se lamentar que o setor privado mais uma vez é chamado para pagar a conta. "A não dedução dos 10% adicionais da Cofins significa novo aumento da carga tributária, que será pago por toda a sociedade para manter os privilégios de uma minoria. Esperávamos que a compensação das perdas se fizesse dentro do setor público, com o corte de gastos. O Brasil não pode continuar sustentando privilégios às custas da produção, do emprego, da educação e da saúde", afirmou.

Burti disse que é preciso repensar o país. Para ele, o único caminho rápido e viável é uma união política e de todos os setores da sociedade. Já pra o ex-ministro da Fazenda Maílson da

Nóbrega, as medidas anunciadas ontem são puramente arrecadatórias e foram tomadas sem qualquer avaliação do impacto econômico. "Isso é uma omissão imperdoável do ministro da Fazenda. O Everardo Maciel (secretário da Receita Federal) está no papel dele de tentar aumentar a arrecadação, mas qualquer decisão séria sobre tributos deve pesar os aspectos positivo e negativo e, se o resultado líquido for negativo, ela deve ser esquecida. No caso das medidas anunciadas, o resultado será negativo", avalia Maílson.

Representantes do mercado de capitais, reunidos ontem no Rio, também reagiram com o pacote fiscal. "Vamos ao Governo, ao ministro e iríamos à madre Teresa de Calcutá, se ela estivesse viva", disse o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Alfredo Rizkallah. "Estamos tornando cada vez mais difícil o desenvolvimento do mercado de ações e o Brasil está abrindo mão do único instrumento viável para financiar o seu desenvolvimento." Rizkallah qualificou de "um equívoco" a elevação da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre lucros obtidos com a venda de ações e defendeu a aprovação urgente da reforma tributária como alternativa aos "remendos" feitos pelo Governo.